



**FUNDO DE COMPENSAÇÃO**  
DO TRABALHO

**PROPOSTA**

**PLANO de ATIVIDADES e ORÇAMENTO**

**Exercício de 2019**

## **ENQUADRAMENTO**

Os Fundos de Compensação do Trabalho, criados pela Lei 70/2013, de 30 de agosto alterada pelo Decreto-Lei nº 210/2015, de 25 de setembro, têm como objetivo garantir aos trabalhadores, cujos contratos de trabalho tenham sido celebrados após o dia 1 de Outubro de 2013, o pagamento efetivo de pelo menos 50% do valor da compensação a que tenham direito por cessação do respetivo contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho.

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual financiado pelos empregadores mediante entregas mensais, constituindo uma poupança a que estes se encontram vinculados destinada à cobertura de até 50% do valor da compensação a que tenham direito os trabalhadores abrangidos por este regime.

Os investimentos do FCT são orientados no sentido da preservação do valor nominal das entregas dos empregadores, conjugada com a maximização da relação entre a rentabilidade e o risco. O património do FCT pode ser representado por depósitos bancários, valores mobiliários, instrumentos representativos da dívida de curto prazo e outros ativos de natureza monetária.

A entidade gestora do FCT é o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, nos termos do nº 2 do artigo 18º da Lei 70/2013, de 30 de Agosto.

## CONSELHO DE GESTÃO

Nos termos do artigo 21º da Lei 70/2013, de 30 de Agosto, o FCT é gerido por um Conselho de Gestão presidido pelo Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social e integrando representantes das Confederações de Empregadores e Sindicais com assento no Conselho Permanente da Concertação Social e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, Segurança Social e Laboral.

Os membros do Conselho são:

Instituição	Nome	Representação	Observações
Presidente	Manuel Pedro Baganha		
Ministério das Finanças		Efetivo	
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – Área da Seg. Social	Ana Margarida Magalhães Vasques	Efetivo	
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – Área Emprego	Fernando Catarino José	Efetivo	
	Rui Abreu	Suplente	
Confederação do Comércio e Serviços de Portugal – CCP	Ana Vieira	Efetivo	
	Jorge Seabra	Suplente	
Confederação dos Agricultores de Portugal – CAP	Cristina Nagy Morais	Efetivo	
	Ana Filipa Ferreira	Suplente	
Confederação do Turismo Português – CTP	Nuno Bernardo	Efetivo	
	António Abrantes	Suplente	
Confederação Empresarial de Portugal – CIP	João Costa	Efetivo	
	Nuno Byscaia	Suplente	
Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – CGTP-IN	Ana Isabel Lopes Pires	Efetivo	
	Fernando Ambrosio	Efetivo	
	Fernando Manuel Pires Marques	Suplente	
	Catarina Morais de Oliveira	Suplente	
União Geral de Trabalhadores – UGT	Joaquim José Mendes Dias	Efetivo	
	Sérgio Monte	Efetivo	
	Ana Paula Silva Viseu	Suplente	
	Dina Teresa Ferreira Carvalho	Suplente	

Nos termos da alínea g) do nº1 do artigo 24º da Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, compete ao Presidente do Conselho de Gestão a elaboração do plano anual de atividades e do orçamento anual e submetê-los a aprovação do Conselho de Gestão. A alínea b) do artigo 26º do mesmo diploma estipula, ainda, que o plano de atividades e o orçamento devem ser, posteriormente, objeto de parecer do Fiscal Único.

Dando cumprimento ao estipulado na lei, submete-se ao Conselho de Gestão o Plano de Atividades e o Orçamento do FCT para o ano de 2019.

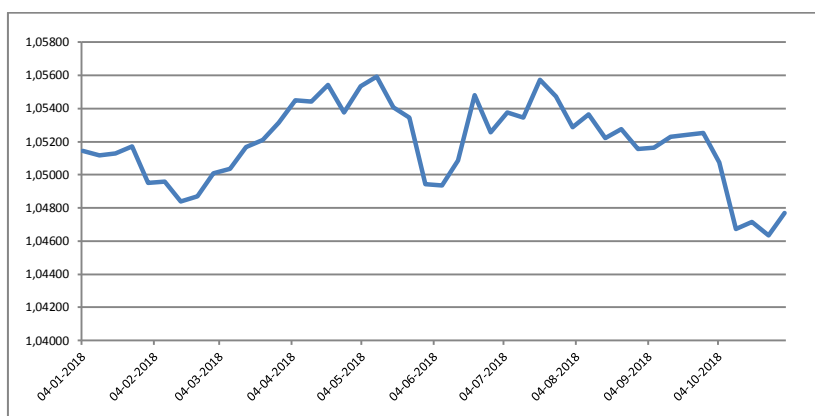
## EVOLUÇÃO EM 2018

Em 31 de Outubro de 2018, o Fundo de Compensação do Trabalho recebia contribuições de 209.180 entidades empregadoras, correspondentes a 1.567.237 contratos de trabalho, e o montante sob gestão ascendia a 237.897.271,90€.

Durante os primeiros 10 meses de 2018 o diferencial entre o número de contratos registados e cessados cifrou-se em 278.821.

No mesmo período, foram pedidos reembolsos relativos a 580.885 contratos num valor total superior a 30 milhões de euros.

O gráfico da evolução do valor das unidades de participação (UP) do FCT dá conta de uma quebra de 0,36% do valor das unidades de participação do fundo. Refira-se que, ao contrário do sucedido em 2017, até ao momento não se verificou qualquer transferência de saldos do FGCT.



O montante total da dívida ao FCT ascendia, no final de outubro, a 18.470.099€ o que representa 5,4% do total das entregas apuradas desde 2013 (340.537.767€). Este rácio, compara com os 5,2% que se verificavam quando da apresentação do plano de atividades para 2018.

Do atual volume de dívidas, 11.461.432€ correspondem a valores relativos a anos anteriores e 7.008.667€ a dívidas de 2018;

Permanecem os constrangimentos no que diz respeito à recuperação de dívidas, quer de forma voluntária (inexistência de mecanismos que possibilitem o estabelecimento de acordos prestacionais), quer de forma coerciva (inexistência de mecanismos de ligação entre o sistema de suporte aos fundos e a aplicação que o IGFSS utiliza para o efeito – o SEF). Não dispomos de informação sobre se os desenvolvimentos necessários constam do plano de atividades do Instituto de Informática para 2019.

## ATIVIDADES A DESENVOLVER EM 2019

A atividade do FCT tem sido condicionada, desde a sua criação, pelo estágio de desenvolvimento dos sistemas de informação, os quais não têm conseguido corrigir, com a necessária celeridade, as ineficiências detectadas.

O Conselho de Gestão irá dar uma particular importância a esta situação, fazendo-se prevalecer dos meios ao seu dispor para acautelar que sejam dados efectivos passos por parte do Instituto de Informática, I.P. (II), entidade com responsabilidades directas na correcção das referidas ineficiências da aplicação informática de suporte aos fundos de compensação. Esta ausência de resposta do II, tem gerado preocupação junto das entidades que integram o Conselho de Gestão, porque coloca em causa o bom funcionamento do Sistema e induz entropias nos seus utilizadores. Esta será uma das prioridades a ter em linha de consideração durante o ano de 2019.

Sem prejuízo da dependência de terceiros (II) no que respeita ao desenvolvimento da aplicação informática de suporte aos fundos de compensação, identificam-se outras vertentes sobre as quais incidirá especial atenção durante do ano de 2019:

- ✓ Melhorias Operacionais, potenciadoras de uma maior eficácia na gestão diária da operativa do fundo e no interface com os empregadores (funcionalidades específicas como renovação de contratos, alteração da modalidade de contratos e anulação de juros e/ou despesas);
- ✓ Contabilização da Dívida, promovendo a contabilização das dívidas associadas a documentos de pagamento não emitidos e a anulação dos créditos associados a contratos objeto de reembolso, fatores que têm impedido a total automatização da contabilidade;
- ✓ Recuperação de Dívidas, através do desenvolvimento e implementação de um módulo de acordos prestacionais e mecanismos que possibilitem a cobrança coerciva pelo IGFSS;
- ✓ Restituição de Valores aos Empregadores, informando os empregadores e criando mecanismos que promovam o reembolso na sequência da cessação dos contratos de trabalho.

O objetivo central da entidade gestora é maximizar a rentabilidade do FCT cujo benchmark, nos termos da política de investimentos aprovada, é constituído pela EONIA e por dívida alemã com maturidade inferior a 10 anos, nas proporções de 50% / 50%.

O Decreto-Lei nº 210/2015, de 20 de Setembro, veio reforçar as obrigações de reporte a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) pelo que se prevê, em articulação com o FGCT, a formalização de uma parceria com a ACT, de modo a possibilitar a esta entidade o exercício da atividade fiscalizadora no âmbito dos Fundos.

## ENQUADRAMENTO E PERSPETIVAS MACROECONÓMICAS PARA 2019

A economia mundial tem demonstrado, durante o decurso de 2018, uma capacidade de sustentação de um ritmo de expansão económica elevado, que se prevê manter-se em 2019, não obstante a existência de vários riscos expressivos que devem persistir ao longo do próximo ano.

Os fundamentos para a manutenção de um crescimento forte assentam, maioritariamente, num aumento dos níveis de emprego que sustentam as condições de crescimento interno e, ainda, no percurso das políticas norte-americana e chinesa tendo em conta o seu peso na economia global (39%). Nos EUA o crescimento deve continuar robusto em 2019, suportado por despesas públicas já previstas e ainda por algum suporte residual do corte de impostos. No caso da China, apesar da moderação da concessão de crédito, devem regressar investimentos em infraestruturas e medidas de apoio às famílias.

Todavia, as restrições crescentes ao comércio internacional, com risco de intensificação, têm retirado algum suporte às perspetivas de crescimento, resultando ainda em níveis de expansão menos sincronizados ao nível global. As consequências da imposição de tarifas sobre \$200 bn de produtos chineses por parte dos EUA são difíceis de incorporar nas previsões, tendo em conta a complexidade dos mecanismos de transmissão, representando antes um risco. As consequências mais prováveis seriam um menor crescimento e uma inflação mais elevada, que necessitam manifestar-se antes de se assistir a uma resposta por parte dos bancos centrais.

Ainda em termos de riscos, destaca-se: a previsão de condições financeiras mais restritivas, o que pode exacerbar os desequilíbrios existentes nas economias emergentes; a situação da Zona Euro que enfrenta momentos decisivos na definição de opções entre uma maior integração e partilha de riscos ou, pelo contrário, de maior fragmentação; e ainda a ausência de clarificação dos contornos do *Brexit* e o possível agravamento de instabilidade interna no Reino Unido. Após anos de políticas monetárias expansionistas despontam ainda sinais incipientes de ressurgimento de alguns riscos financeiros.

No que diz respeito aos Bancos Centrais, existem alguns diferenciais que podem ser geradores de volatilidade, afetando as perspetivas para 2019. Desde logo o facto da Reserva Federal dos EUA ter iniciado o processo de normalização de forma antecipada face ao BCE e ao BoE, resultando num *spread* de taxas que, previsivelmente, só se reduzirá a partir de meados de 2019. A reação a ou a antecipação dos movimentos do BCE são incertos, mas podem assumir alguma intensidade tendo em conta a importância do diferencial de taxas.

Em particular na Zona Euro, o momento de expansão cíclica mostrou uma moderação em 2018 esperando-se uma continuação deste processo durante o ano de 2019 para valores entre 1,5%

e 1,7%, a partir de 2,0% em 2018. O abrandamento dar-se-á por via de uma desaceleração do investimento e do comércio externo, por desaceleração de exportações e aceleração das importações, enquanto o consumo privado tem condições para manter um crescimento com expressão, suportado por um mercado de trabalho robusto.

Não se prevê uma fase de moderação severa, com as indicações de ciclo a sugerirem ainda um crescimento relativamente robusto, podendo inclusivamente mostrar alguma (re)aceleração modesta, tendo em conta os constrangimentos de oferta existentes. O cenário central é assim de persistência de um ritmo de crescimento modestamente superior ao potencial, estreitando o *output gap* e favorecendo o desenvolvimento de algumas pressões inflacionistas.

Estas pressões devem manter-se contidas tendo em conta que, apesar do nível baixo da taxa de desemprego, existem ainda indicadores de folga, como as medidas de subemprego, e tendo em conta que as pressões salariais se manifestam a diferentes ritmos nos vários membros do euro. Num horizonte temporal mais dilatado, com a economia a progredir de forma sustentada, espera-se que a inflação *core* possa começar a assumir valores gradualmente mais elevados como resposta à progressiva eliminação da capacidade excedentária da economia e à continuação da descida da taxa de desemprego para níveis de equilíbrio de longo-prazo.

Sobre a política monetária, o presidente do BCE tem clarificado que, após o término do programa de compras no final de 2018, os próximos passos de normalização monetária encontram-se contingentes à avaliação económica que for sendo feita, sendo crítico o processo de convergência da inflação para o objetivo numa conjuntura económica que se mantém robusta mas que enfrenta fatores de incerteza importantes. Neste contexto, é destacada a importância do BCE manter um grau elevado de opcionalidade e de flexibilidade para poder reagir a eventos que, apesar de não assumirem uma elevada probabilidade de sucederem, podem ainda assim manifestar-se. Adicionalmente, o presidente do BCE tem evitado qualquer sinalização dos condicionalismos associados à primeira subida de taxas, à sua intensidade e frequência das subidas assim como referências à taxa final entendida como adequada neste ciclo económico, o que vem somar indícios de uma intenção de ‘ancoragem’ das taxas de juro, tentando possivelmente um menor efeito de arrastamento das subidas de taxas de mercado que poderiam prejudicar o crescimento da Zona Euro. Mantém-se apenas a indicação de uma subida da taxa de depósito no final do Verão de 2019, centrando as atenções na reunião de Outubro.

Nos EUA, a economia deve continuar a crescer acima do potencial em 2019 (2,5%). Apesar do abrandamento natural face a 2018, esse crescimento será suscitado pela manutenção de um forte crescimento do investimento e relacionado com os benefícios fiscais aprovados para este ano. O consumo privado deverá crescer a um ritmo similar a 2018, em torno de 2,5%, beneficiando dos excelentes fundamentais associados ao mercado de trabalho e ainda a algum efeito de arrastamento da política fiscal e da acomodação monetária. O consumo público terá, em 2019, igualmente um crescimento similar a 2018 (em torno de 1,4%), mas deverá sofrer alguma redução em 2020 devido ao um Congresso previsivelmente mais dividido e à maior dificuldade em fazer passar leis que favoreçam o aumento dos gastos públicos. A taxa de desemprego poderá continuar a baixar enquanto o crescimento for acima do potencial (algo que se espera em 2019), mas o movimento será muito reduzido e com potencial para alguma subida já em 2020. A taxa de inflação não deverá sofrer grandes alterações em 2019 e 2020,

permanecendo perto de 2,0% não considerando eventuais efeitos base. Não se prevê uma grande aceleração no crescimento dos salários, mesmo que valores acima de 3,0% sejam atingidos, ajudando a explicar a inexistência de pressões sobre os preços.

Atualmente, o mercado detém uma posição conservadora em relação à atuação da Reserva Federal considerando que o ciclo de subida de taxas poderá parar em meados de 2019, quando o nível de 3,0% for atingido. A alusão a este referencial de 3,0% prende-se com a consideração de que a autoridade monetária não quererá ir para além do que se pensa ser a taxa de juro nominal neutral, ou seja, não quererá assumir um posicionamento ligeiramente restritivo. A nossa posição, contudo, com base nas declarações de vários dos responsáveis da FED e do gráfico de pontos em que estes expressam, o seu *outlook* de taxas de juro futuras indica um posicionamento um pouco mais agressivo, uma vez que 9 dos 16 participantes no seu exercício trimestral de Setembro 2018 viam as taxas em 3,25% no final de 2019.

O Reino Unido enfrenta um contexto económico impreciso no ano de 2019, tendo em conta a incerteza quanto ao momento e às condições do processo de *Brexit*, que se encontra atualmente agravada pela instabilidade política interna ao Reino Unido, decorrente maioritariamente das diferentes visões sobre a condução do processo de saída da União Europeia. Durante o ano de 2018, a economia britânica apresentou efetivamente um abrandamento, de um ritmo de 1,7% para 1,3%, prevendo-se uma ligeira aceleração de crescimento em 2019, para valores em torno de 1,5%, que não são muito distantes do crescimento potencial. A aceleração far-se-á com um maior ritmo de crescimento do consumo privado e do investimento. Apesar do processo político associado à saída do Reino Unido da UE continuar a pesar nas decisões das famílias e empresas, há evidência de uma maior força do consumo privado, assente essencialmente na criação de emprego e no crescimento dos salários. A taxa de desemprego deve permanecer estabilizada em torno dos valores correntes, o que pressupõe uma criação de emprego robusta.

A inflação geral deverá descer, convergindo gradualmente para o objetivo (de 2%), ainda que possa permanecer em níveis mais elevados em 2019, tendo em conta que a subida recente do preço do petróleo deverá contribuir para a manutenção de níveis acima do referencial por mais tempo. Em termos de consequências para a política monetária, conhece-se o atual *status quo*, de um aperto monetário no horizonte temporal de previsão, a um ritmo gradual e numa extensão muito limitada, sendo as projeções implícitas do BoE de uma subida de taxas de 25 b.p. por ano, ou seja, de taxas de juro que, em 2020, não ultrapassariam os 1,25%. Conhece-se igualmente a disponibilidade do atual Governador do BoE em permanecer por mais tempo do que o previsto no cargo de forma a manter estabilidade na orientação monetária durante o período de maior turbulência da efetivação do *Brexit*. Entendeu-se ainda, a partir do discurso de alguns membros do BoE que, na eventualidade de um *hard Brexit*, se espera um pico de inflação, decorrente do aumento de tarifas e de preços importados mediante a depreciação que a libra deverá sofrer. À semelhança do ocorrido em 2017, este aumento parece ser considerado pelo BoE como temporário, levando a autoridade monetária a aguardar que a contenção da procura recoloque a inflação em patamares mais reduzidos, testando assim novamente a tolerância do Banco Central a valores de inflação muito superiores ao objetivo.

Para a economia portuguesa, espera-se a continuação do abrandamento em 2019, em linha com o que deverá suceder na Europa, para um crescimento em torno de 2,0% (variável em



função das fontes) depois de 2,3% em 2018. O pico do crescimento foi observado em 2017 (2,7%). Deve observar-se um crescimento mais modesto das exportações e do investimento, esperando-se a manutenção de uma boa dinâmica no consumo privado, que deverá manter-se suportados pelos progressos do mercado de trabalho, e pela continuação de alguma reversão nos cortes nos rendimentos do trabalho do período da *Troika* e de descongelamento das carreiras na função pública, para citar algumas das medidas com maior impacto orçamental. O bom desempenho orçamental no decorrer do ano de 2018 e uma previsão de défice de apenas 0,2% do PIB para 2019, associado às recentes movimentações favoráveis atribuídas pelas agências de *rating* à dívida pública portuguesa, apontam para uma expectativa de que as taxas de juro portuguesas não apresentem um cenário de divergência significativa face ao desempenho dos países 'core', sendo esse um fator adicional de sinalização de um contexto favorável para o investimento externo e para as empresas a operar internamente.

## PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO PARA 2019

1. O orçamento para 2019, bem como as peças contabilísticas previsionais assentam numa estimativa para os valores finais de 2018. Na elaboração do Balanço e Demonstração de Resultados para 2018 assumiu-se que:

- a) O valor da carteira em 31 de Dezembro de 2018 será igual ao valor da carteira em 31 de Agosto, acrescido das entradas líquidas (recebimentos menos pagamentos) previstas até ao fim do ano, admitindo que durante último quadrimestre terão um valor correspondente à média verificada ao longo do ano.

Recebimentos e Pagamentos em 2018	
Recebimentos	
Entregas	115.312.367,70
Juros	364.031,72
Pagamentos	
Reembolsos	34.835.349,46
Devoluções	344.219,98
<b>Entradas Líquidas</b>	<b>80.496.829,98</b>

- b) Daqui resulta que se estima em 253 milhões de euros o valor da carteira a 31 de dezembro de 2018, admitindo-se uma composição idêntica à existente em 31.08.2018.

Carteira em 31 de Dezembro de 2018		
Dívida Pública	107.452.339,42	42,41%
Ações	11.981.750,55	4,73%
Liquidez	133.905.216,61	52,86%
<b>Total</b>	<b>253.339.306,59</b>	<b>100,00%</b>

2. Na elaboração da demonstração de resultados para o exercício de 2018 incluiu-se o valor de 392.968,88€ referente ao custo das despesas de cobrança (referências multibanco).

3. Na elaboração do orçamento para 2019 assumiu-se que:

- a) **Recebimentos (incluindo juros de mora):** crescerão 20.0% relativamente ao valor de 2018, ascendendo a 138.811.679,30€ (1,2 x 115.676.399,42€)
- b) **Reembolsos e Devoluções:** até 31.08.2018 os reembolsos e devoluções representavam 30.5% dos recebimentos. Admite-se que tenham um crescimento superior ao dos recebimentos e que passem a representar cerca de 31.5% dos recebimentos, ascendendo a 43.725.678,98€ (0,315 x 138.811.679,30€).
- c) **Recebimentos do FGCT (saldos excedentários):** não foram consideradas nas contas previsionais de 2018 e 2019 quaisquer transferências do FGCT para o FCT referente a saldos extraordinários, nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 45º da Lei nº 70/2013, de 30 de agosto.
- d) **Recebimentos líquidos de reembolsos e devoluções:** ascenderão a cerca de 95 milhões de euros (138,8 de a) – 43,7 de b)).

- e) **Aumento do valor da carteira no final do ano de 2019** será igual à soma dos valores das alíneas c) e d) com os rendimentos obtidos.
- f) **Rentabilidade da carteira:** a generalidade das previsões para o ano de 2019 consideram que não se verificarão subidas substanciais nas taxas de juro e, conseqüentemente, na rentabilidade dos investimentos em dívida pública. Neste contexto admite-se uma rentabilidade de 1% para a carteira. Aplicando esta taxa ao valor da carteira média teremos um valor ligeiramente superior a 3M€ para os rendimentos de 2019. A carteira média é o valor médio entre a carteira no final de 2018 (253M€) e no final de 2019 (351M€).
- g) **A carteira no final do ano de 2019** terá o valor de 351.434.129,99€
- h) **Composição da carteira:** considera-se uma composição da carteira idêntica à verificada a 31.08.2018.
- i) **Montante da dívida:** o montante em dívida no final de 2019 será a soma do montante no final de 2018 e do montante de nova dívida; considera-se que a nova dívida representará 5,4%, percentagem verificada até Out'18 e estimada para final do ano, das entregas apuradas de 2019.
- j) **Entregas ao FGCT:** as eventuais entregas ao FGCT para pagamento de indemnizações são equivalentes a um reembolso pelo que não são autonomizadas.
- k) **Custo de gestão:** nos termos do regulamento de gestão, os custos de gestão correspondem à parcela dos custos de funcionamento da entidade gestora (IGFC) que cabem ao FCT, sendo utilizado como ponderador o peso do fundo no montante total de fundos geridos. Estima-se em 30.000 euros o montante destes custos.
- l) **Custos com referências multibanco:** Até setembro de 2017, e face a 2016, o número de referências multibanco pagas aumentou cerca de 25%. Estima-se que esse valor ultrapasse os 35% até final do ano. Nos termos do atual protocolo celebrado com a banca, o custo de cada referência ascende a 39 cêntimos. Admite-se para 2019 um crescimento do número de referências multibanco pagas próximo dos 30%, correspondendo a um valor um pouco superior a 412.500€.
- m) **Os montantes recebidos por incumprimento de entrega** (50 cêntimos se não for cumprida a obrigação de pagamento até ao dia 8 do mês seguinte, de acordo com o artigo 12º do regulamento de gestão) são receita do FCT. Estima-se um valor de 240.513€, idêntico ao esperado para 2018.

## PEÇAS CONTABILISTICAS PREVISIONAIS

Apresenta-se abaixo, a demonstração de resultados e o balanço previsionais de acordo com o plano de contas do FCT (plano de contas dos organismos de investimento coletivo). Na elaboração destas peças procurou-se balancear o detalhe com a razoabilidade das estimativas, tendo em conta que quanto maior for o detalhe maior será a possibilidade de erro.

<b>Balanço Previsional – 2018/19</b>		
	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>ATIVO</b>		
<b>Carteira de Títulos</b>		
Obrigações	107.452.339,42	149.058.667,33
Ações	11.981.750,55	16.621.171,56
	<b>119.434.089,97</b>	<b>165.679.838,89</b>
<b>Terceiros</b>		
Devedores	19.730.002,30	27.225.832,98
	<b>19.730.002,30</b>	<b>27.225.832,98</b>
<b>Disponibilidades</b>		
Depósitos à Ordem	7.015.669,88	9.732.188,32
Depósitos a Prazo	126.889.546,73	176.022.102,78
	<b>133.905.216,61</b>	<b>185.754.291,10</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>		
Acréscimos de Proveitos	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>273.069.308,88</b>	<b>378.659.962,97</b>
<b>CAPITAL e PASSIVO</b>		
<b>Capital</b>		
Unidades de Participação	248.413.484,27	343.333.931,65
Cap. Não Realizado	19.730.002,30	27.225.832,98
Resultados Transitados	3.650.737,24	3.814.183,08
Resultado Líquido do Exercício	163.445,84	2.761.758,71
	<b>271.957.669,65</b>	<b>377.135.706,42</b>
<b>Terceiros</b>		
Comissões a Pagar	0,00	0,00
Outros Credores	1.111.639,23	1.524.256,55
	<b>1.111.639,23</b>	<b>1.524.256,55</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>		
Acréscimos de Custos	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total do Capital e Passivo</b>	<b>273.069.308,88</b>	<b>378.659.962,97</b>

<b>Conta de Exploração Previsional – 2018/19</b>		
	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Proveitos</b>		
Rendimentos	2.714.466,88	3.023.867,18
Juros e Ganhos Equiparados	807.223,83	0,00
Ganhos em Ops. Financeiras	515.529,18	0,00
Penalizações p/ Incumprimento	240.513,00	240.513,00
Transferências do FGCT	0,00	0,00
	<b>4.277.732,89</b>	<b>3.264.380,18</b>
<b>Custos</b>		
Comissões e Taxas	20.000,00	27.744,15
Juros e Custos Equiparados	819.747,92	0,00
Perdas em Ops. Financeiras	2.836.199,67	0,00
Impostos	5.870,58	7.500,00
Outros		
Auditoria	14.500,00	24.760,00
Comissão De Gestão	25.000,00	30.000,00
Custos de Cobrança	392.968,88	412.617,32
	<b>4.114.287,05</b>	<b>502.621,47</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>163.445,84</b>	<b>2.761.758,71</b>

### **PEÇAS CONTABILÍSTICAS PREVISIONAIS**

Apresenta-se nas páginas seguintes, a demonstração de resultados, o balanço e mapa de fluxos de caixa previsionais de acordo com o plano de contas do FCT (plano de contas dos organismos de investimento coletivo). Na elaboração destas peças procurou-se balancear o detalhe com a razoabilidade das estimativas, tendo em conta que quanto maior for o detalhe maior será a possibilidade de erro.

Ativo						Capital e Passivo			
Código	Designação	2019			2018	Código	Designação	Períodos	
		Bruto	Mv	Mv / P	Líquido			Líquido	2019
	<b>CARTEIRA DE TÍTULOS</b>						<b>CAPITAL</b>		
21	OBRIGAÇÕES	149,058,667.33			149,058,667.33	107,452,339.42	61 UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	343,333,931.65	248,413,484.27
22	AÇÕES	16,621,171.56			16,621,171.56	11,981,750.55	62 CAPITAL NÃO REALIZADO	27,225,832.98	19,730,002.30
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						64 RESULTADOS TRANSITADOS	3,814,183.08	3,650,737.24
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						65 RESULTADOS DISTRIBUÍDOS		
25	DIREITOS						66 Resultado Líquido do Exercício	2,761,758.71	163,445.84
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA						TOTAL DO CAPITAL OIC	377,135,706.42	271,957,669.65
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	165,679,838.89	0.00	0.00	165,679,838.89	119,434,089.97			
	<b>OUTROS ATIVOS</b>								
31	OUTROS ATIVOS						48 PROVISÕES ACUMULADAS		
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	481 Provisões para Encargos		
							TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0.00	0.00
	<b>TERCEIROS</b>						<b>TERCEIROS</b>		
411+...+418	Contas de Devedores	27,225,832.98			27,225,832.98	19,730,002.30	421 Resgates a Pagar aos Participantes		
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	27,225,832.98	0.00	0.00	27,225,832.98	19,730,002.30	422 Rendimentos a Pagar aos Participantes		
	<b>DISPONIBILIDADES</b>						423 Comissões a Pagar		
11	CAIXA						424+...+429 Outras Contas de Credores	1,524,256.55	1,111,639.23
12	DEPÓSITOS À ORDEM	9,732,188.32			9,732,188.32	7,015,669.88	43+12 Empréstimos obtidos		
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO	176,022,102.78			176,022,102.78	126,889,546.73	TOTAL DOS VALORES A PAGAR	1,524,256.55	1,111,639.23
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO								
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS								
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	185,754,291.10	0.00	0.00	185,754,291.10	133,905,216.61			
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>						<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	0.00			0.00	0.00	55 ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		
52	DESPESAS COM CUSTOS DIFERIDO						56 RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO		
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						58 OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS						59 CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS		
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0.00	0.00
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>	378,659,962.97	0.00	0.00	378,659,962.97	273,069,308.88	<b>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</b>	378,659,962.97	273,069,308.88
Número total de unidades de participação em circulação:						Valor unitário da unidade de participação			

Custos e Perdas		Período		Proveitos e Ganhos		Período	
Código	Designação	2019	2018	Código	Designação	2019	2018
	<b>CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b>				<b>PROVEITOS E GANHOS CORRENTES</b>		
	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS				JUROS E GANHOS EQUIPARADOS		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	3,023,867.18	2,714,466.88
719	De Operações Extrapatrimoniais		819,747.92	811+814+817+818	Outros, de Operações Correntes		
	COMISSÕES E TAXAS			819	De operações extrapatrimoniais		807,223.83
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	27,744.15	20,000.00		RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes			822+...824/5	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De operações extrapatrimoniais		
	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	0.00	2,836,199.67	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	0.00	515,529.18
731+738	Outras, de Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais		
	IMPOSTOS				REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento	7,500.00	5,870.58	851	Provisões para encargos		
7412+7422	Impostos Indiretos						
7418+7428	Outros Impostos						
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO			86	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	240,513.00	240,513.00
751	Provisões para Encargos						
77 / 79	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	467,377.32	432,468.88				
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	502,621.47	4,114,287.05		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)	3,264,380.18	4,277,732.89
	<b>CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS</b>				<b>PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS</b>		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			882	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	0.00	0.00
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0.00	0.00		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	0.00	0.00
63	IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO						
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	2,761,758.71	163,445.84	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		
	<b>TOTAL</b>	<b>3,264,380.18</b>	<b>4,277,732.89</b>		<b>TOTAL</b>	<b>3,264,380.18</b>	<b>4,277,732.89</b>
(8 x 2/3/4/5)-(7 x 2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos			D - C	Resultados Eventuais		
8 x 9 - x 9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais			B + D - A - C + 74	Resultados Antes de Imposto sobre o Rendimento		
B - A	Resultados Correntes	2,761,758.71	163,445.84	B + D - A - C + 7411/8 + 7421/8	Resultado Líquido do Período	2,761,758.71	163,445.84



Discriminação dos Fluxos	2019	
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO</b>		
RECEBIMENTOS:		
Subscrição de unidades de participação	138,811,679.30	
Transferências do FGCT	0.00	
...		138,811,679.30
PAGAMENTOS:		
Resgates de unidades de participação	43,725,678.97	
Rendimentos pagos aos participantes		43,725,678.97
...		
<b>Fluxo das operações sobre as unidades de participação</b>		<b>95,086,000.33</b>
<b>OPERAÇÕES CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</b>		
RECEBIMENTOS:		
Venda de títulos e outros ativos	84,266,558.64	
Reembolso de títulos e outros ativos		
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros ativos	3,023,867.18	
Juros e proveitos similares recebidos		
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra		
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
...		87,290,425.82
PAGAMENTOS:		
Compra de títulos e outros ativos	130,265,243.19	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC		
Juros e custos similares pagos		
Vendas de títulos com acordo de recompra		
Comissões de bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões		
Outros pagamentos relacionados com a carteira		
...		130,265,243.19
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos</b>		<b>-42,974,817.37</b>
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>		
RECEBIMENTOS:		
Juros e proveitos similares recebidos		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de opções		
Outras comissões		
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		
...		0.00
PAGAMENTOS:		
Juros e proveitos similares pagos		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de opções		
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		
...		0.00
<b>Fluxo das operações a prazo e de divisas</b>		<b>0.00</b>
<b>OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE</b>		
RECEBIMENTOS:		
Cobranças de crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros de depósitos bancários		
Juros de certificados de depósito		
Comissões em operações de empréstimos de títulos		
Outros recebimentos correntes	240,513.00	
...		240,513.00
PAGAMENTOS:		
Comissão de gestão	30,000.00	
Comissão de depósito	27,744.15	
Comissão de garantia		
Despesas com crédito vencido		
Juros devedores de depósitos bancários		
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	7,500.00	
Outros pagamentos correntes	437,377.32	
...		502,621.47
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>		<b>-262,108.47</b>
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>		
RECEBIMENTOS:		
Ganhos extraordinários		
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		
Recuperação de incobráveis		
...		
Outros recebimentos de operações eventuais		0.00
PAGAMENTOS:		
Perdas extraordinárias		
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		
...		
Outros pagamentos de operações eventuais		0.00
<b>Fluxo das operações eventuais</b>		<b>0.00</b>
Saldo dos fluxos de caixa do período... (A)		51,849,074.49
Ajustamentos cambiais		
Disponibilidades no início do período... (B)		133,905,216.61
Disponibilidades no fim do período... (C) = (A) + (B)		185,754,291.10